

Governo federal arrenda portos no Espírito Santo

A)13151
José Antônio Sarcinelli

Os portos públicos capixabas – Vitória, Capuaba, Paul e Barra do Riacho – assim como os dos demais Estados, serão totalmente arrendados pelo Governo federal à iniciativa privada, a partir deste ano. A medida está prevista na lei de modernização dos portos (Lei 8.630) e foi anunciada pelo ministro dos Transportes, Odacir Klein, aos presidentes das Companhias Docas de todo o país, durante reunião ocorrida em Brasília.

Segundo informou o presidente da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Afonso Celso Andara da Silva, o arrendamento se dará através de licitação e o objetivo é atrair investimentos para estes terminais. Os preparativos para a privatização da operação destes portos já foram iniciados e a expectativa do dirigente é de que o processo avance em 1996. “As licitações serão abertas na medida em que forem solicitadas pelos interessados”, revelou.

Andara acrescentou que na reunião com os dirigentes dos portos públicos no final do ano passado, o ministro fixou o cronograma para cada uma das fases do Programa de Privatização dos Portos. Além de concessões e arrendamentos, as Companhias Docas, entre elas a Codesa, terão que criar grupos de trabalho para definir propostas de reestruturação das administrações portuárias.

Privatização

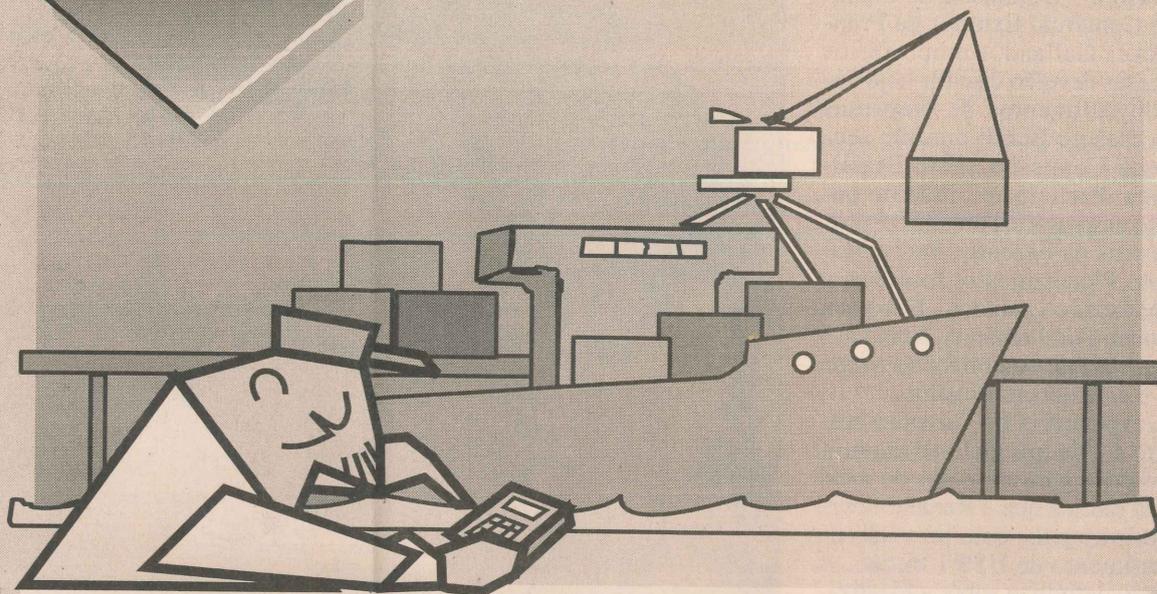
No caso dos portos públicos do Espírito Santo, ficou decidido que a transferência da operação se dará através de arrendamento e não de concessões. “Qualquer empresa pode desde já encaminhar requerimento à Codesa, solicitando o arrendamento de armazéns, retroáreas ou mesmo de berços. A partir do pedido, daremos início ao processo de licitação. Quem oferecer mais poderá usufruir da instalação”, explicou.

O presidente da Codesa não soube precisar quando Vitória, Capuaba, Paul e Barra do Riacho estarão sendo operados pela iniciativa privada. “A rapidez do processo dependerá tão somente do interesse dos empresários”, afirmou. De acordo com ele, além do aluguel, o candidato ao arrendamento terá que garantir movimentação mínima de cargas e de receita e ainda investimentos.

O objetivo do Governo federal com este programa é garantir os investimentos necessários para reduzir custos e melhorar a eficiência

ÁREAS JÁ ARRENDADAS

Editoria de Arte/Ilvan



Fonte: Codesa/Departamento Comercial

Empresa beneficiada	Espaço cedido	Local	Aluguel	Vencimento
Rhodes	4,2 mil m2	Capuaba	R\$ 1.765,45/mês	05/06/2001
Tecn-grãos	7 mil m2	Capuaba	R\$ 4.036,50/mês	02/11/2014
C.VRD	cais	Paul	US\$ 0,63 por tonelada	31/12/2000
Hiperexport	74,2 mil m2	Capuaba	R\$ 15.364,93/mês	28/02/2004
Multitex	25,38 mil m2	Capuaba	R\$ 5.233,51/mês	24/02/2006
Polimodal	7,74 mil m2	Capuaba	R\$ 2.425,32/mês	30/11/1997
Flexibrás	42,14 mil m2	Vitória	R\$ 43.788,07/mês	15/04/2005

do setor portuário, já que não dispõe de recursos para bancar as obras. Mesmo estando entre os mais eficientes do país, os portos capixabas, segundo o dirigente, podem melhorar o desempenho se receberem novos investimentos, o que acredita que acontecerá a partir do arrendamento.

Uma das possibilidades de investimento é a dragagem da baía de Vitória, o que viabilizaria a atracagem de navios de calado maior. Combinada com a aquisição de novos equipamentos, a obra contribuiria para ampliar a capacidade de movimentação de cargas em mais um milhão de toneladas anuais. “É um projeto que só pode ser executado se contarmos com o apoio da iniciativa privada”, frisou.

Estrutura

O ministro dos Transportes deixou claro, no encontro com os presidentes das companhias Docas, que o Governo quer apressar a privatização da operação portuária. Neste aspecto, Andara disse que o Espírito Santo está na frente dos outros Estados, não só por já ter arrendado algumas áreas e instalações, desde a edição da lei, em fevereiro de 1993, como também por

ter iniciado a última etapa do programa com a recente criação de uma comissão interna que se responsabilizará pela elaboração de um projeto de reestruturação da administração portuária.

O dirigente adiantou que a Codesa deixará de operar os portos para atuar como autoridade portuária. Uma das novas funções será a gestão do patrimônio destes quatro portos, que continua pertencendo à União. Outra tarefa será o monitoramento das cargas movimentadas, uma vez que, em troca do arrendamento, terá direito a uma parte da receita auferida pelo operador.

Além dessa comissão, a empresa nomeou outra para promover a implantação do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário. Este estudo levantará as vocações de cada um dos terminais administrados pela Codesa e sua função é subsidiar o processo de arrendamento dos portos. “Conhecendo a vocação de cada porto será mais fácil transferir a operação para a iniciativa privada”.

Transferência

Os arrendamentos realizados pela Codesa a partir da nova lei dos portos contemplaram sete em-

presas: Rhodes, Tecn-grãos, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Hiperexport, Multitex, Polimodal e Flexibrás. A Tecn-grãos arrendou, até o ano 2014, um armazém com capacidade para 40 mil toneladas, e a Rhodes, até 2001, os silos de trigo, ambos situados em Capuaba.

A CVRD, por sua vez, arrendou, até 2000, parte do cais de Paul para movimentação de ferro-gusa. A Hiperexport alugou, até 2004, uma área de 74 mil metros quadrados em Capuaba para estocagem de contêineres e blocos de mármore e granito. Foram cedidos ainda da retroárea de Capuaba 25 mil metros quadrados para a Multitex, que construirá um novo porto no local, em sociedade com a Nativa e a Coimex, e 7,7 mil metros quadrados para a Polimodal, que a usará para estocagem de mercadorias.

Já a Flexibrás renovou o arrendamento, iniciado em abril de 1985, da área de 42 mil metros quadrados, situada no pátio de descarga do Porto de Vitória, onde opera uma unidade produtora de tubos flexíveis. O novo contrato, firmado em 1994, prevê a permanência da empresa no local até abril de 2005.